



## **Escolha ou Dependência? A disputa de lógicas na adoção de plataformas educacionais nas universidades<sup>1</sup>**

Roberto Gerpe Barros <sup>2</sup>, Mariano Pimentel <sup>3</sup>

A soberania digital tem sido evocada com frequência nos debates sobre tecnologias educacionais, mas, nas práticas institucionais, ela se revela como um campo de tensão. Este trabalho analisa as disputas de racionalidades que emergem nas falas de professores, estudantes e técnicos de tecnologia sobre a adoção de plataformas educacionais em uma universidade pública. A partir das percepções sobre o Google Sala de Aula e o Moodle, o estudo mostra que atender plenamente à soberania digital não é uma decisão simples, mas uma negociação constante entre autonomia institucional, praticidade e dependência tecnológica. Parte-se do pressuposto de que essas escolhas não são neutras, mas atravessadas por valores, restrições materiais e racionalidades concorrentes.

A fundamentação teórica articula quatro referenciais: (1) a Teoria das Lógicas Institucionais (Thornton, Ocasio & Lounsbury, 2012), que oferece base para compreender as racionalidades múltiplas em jogo nas decisões organizacionais; (2) a crítica à plataformização da educação (Williamson, 2022; van Dijck, 2020), que denuncia a privatização das infraestruturas digitais; (3) a perspectiva do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e do colonialismo de dados (Couldry & Mejias, 2019), que desvelam a transferência de valor informacional para corporações globais; e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no eixo temático da Educação: plataformização no ensino-aprendizagem do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

<sup>2</sup> Doutorando, PPGI da UNIRIO. E-mail: roberto.barros@uniriotec.br.

<sup>3</sup> Professor, PPGI da UNIRIO. E-mail: pimentel@uniriotec.br.

(4) a análise de conteúdo (Bardin, 2011), adotada como metodologia de codificação e interpretação das falas.

A pesquisa qualitativa envolveu entrevistas semiestruturadas com docentes, discentes e profissionais de TI do curso de computação de uma universidade pública federal brasileira. O corpus foi transcrito, validado e analisado no software MAXQDA - Versão 24.4.0, com múltiplas rodadas de codificação e consenso entre dois avaliadores, negociando sentidos, e decisão com base na aplicação de coeficiente Kappa ( $\kappa$ ) de concordância inter codificadores (Kuckartz; Rädiker, 2019). Caso o coeficiente apresentasse valores baixos, iniciava um novo ciclo de análise, consenso, validação e decisão. O processo resultou em vinte e quatro argumentos identificados e posteriormente agrupados em sete lógicas de adoção: Facilidade de Uso, Didático-Pedagógica, Segurança e Privacidade, Investimento, Cultura Institucional, Serviços e Suporte e Soberania e Posse de Dados.

A análise integral das entrevistas mostra que a soberania digital emerge como tema periférico e fragmentado. Apenas três trechos mencionam explicitamente o termo, de forma ambivalente, ao reconhecer os riscos da dependência tecnológica, ao mesmo tempo em que admitem a superioridade funcional das plataformas das Big Techs. O Aluno 1 (A1) expressa esse impasse ao afirmar: “Talvez utilizar uma plataforma empresarial que não é nossa não fosse a melhor solução [...], mas essa praticidade que o Google oferece é difícil para a gente chegar lá. A gente fica nesse impasse.” O aluno reconhece a importância da soberania e da posse de dados — dimensões ligadas à lógica política —, mas também admite os limites técnicos e financeiros que dificultam alternativas autônomas. A racionalidade política e a racionalidade técnica aparecem entrelaçadas, reconhecendo o risco de subordinação, enquanto alega a inviabilidade de resistir à eficiência das soluções corporativas.

Para além da estruturação inicial dos códigos e lógicas, adotou-se uma segunda camada analítica, voltada à polarização dos discursos para explicitar a polarização quanto à adoção de plataformas. Identificou-se a necessidade de complementar essa estrutura com uma análise de polarização, em

relação a todos os segmentos textuais codificados o questionamento: esse segmento textual se posiciona a favor ou contra a adoção de plataformas de Big Techs?

Assim foi possível identificar um panorama onde há certa homogeneidade quantitativa entre códigos pró e contra as plataformas de Big Tech, mas ao olharmos para os detalhes, as características que diferenciam as argumentações começam a se estruturar de formas distintas. Os argumentos positivos, apresentam um perfil de segmentos textuais principalmente relacionados aos códigos relacionados a Lógica da Qualidade (do Produto e do Serviço). Enquanto os argumentos negativos, percebe-se um perfil de códigos atribuídos, muito mais variado e equilibrado entre a predominância das Lógica da Qualidade (do Produto e do Serviço) e da Lógica do Aspecto Político, destacando que de acordo com a polarização dos argumentos, o entendimento dos riscos e consideração da racionalidade técnica.

Esse paradoxo se repete em outras categorias. Na Lógica da Gratuidade, as falas revelam a consciência de que “nada é de graça”: “Ela [a empresa] não vai disponibilizar um ambiente simplesmente porque tem bom coração. [...] Provavelmente lá no meio dos termos de uso está escrito que você está dando direito à empresa de obter alguns dados seus.” (A3) A gratuidade, nesse contexto, deixa de ser um benefício e torna-se símbolo de dependência informacional, deslocando o custo da infraestrutura para o plano invisível da exploração de dados. O mesmo argumento que legitima a adesão (“é gratuito”) sustenta também a crítica (“o custo são os dados”). De forma semelhante, na Lógica da Adequação à Legislação, os entrevistados mencionam os riscos de exposição de informações sensíveis e o desconhecimento sobre os termos de uso, reconhecendo que a prática institucional frequentemente ultrapassa os limites previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)(Brasil, 2018). A legalidade aparece como fronteira elástica, interpretada de modo pragmático frente às exigências de continuidade das atividades acadêmicas.

Já a Lógica da Usabilidade é dominante nas falas positivas. Durante a pandemia, a migração em massa para o Google Sala de Aula foi atribuída à sua simplicidade e estabilidade: “Durante a pandemia, muitos professores passaram a usar o Google Sala de Aula, pois ele é mais simples e

tem muitos tutoriais disponíveis na internet.” (S2) As menções à integração entre contas institucionais e ferramentas corporativas consolidam o discurso da praticidade, transformando a dependência técnica em condição naturalizada de funcionamento. A usabilidade, nesse caso, não é apenas uma qualidade do sistema, mas uma racionalidade hegemônica que redefine os critérios de escolha. Em contraste, o Moodle é descrito como mais completo, porém “pesado”, “difícil” e “dependente de suporte constante”.

Apesar do aparente equilíbrio quantitativo entre os argumentos favoráveis e os contrários à adoção das Big Techs, a análise qualitativa revela uma assimetria de força discursiva: os discursos pró-Google estão ancorados em experiências concretas — rapidez, integração, estabilidade —, enquanto os discursos críticos operam com categorias abstratas — soberania, ética, privacidade —, que raramente encontram correspondência no cotidiano operacional das universidades. E quando se baseiam em exemplos concretos — Autonomia docente, Identidade visual, investimento, integração entre sistemas, inovação tecnológica e Transparência no uso de dados —, esses ficam relacionados a contextos mais técnicos e restritos, e menos populares, levando a um afastamento da polarização dos discursos.

Um exemplo disto pode ser visto na fala do profissional de Suporte de TI 1 (S1) “A identidade visual é importante porque ajuda a criar uma experiência de usuário coesa e profissional. Quando os alunos e professores acessam o AVA, é importante que a plataforma tenha uma aparência consistente com a identidade da Instituição. Isso inclui o uso de logotipos, cores e design que reflitam a marca da instituição. Uma identidade visual bem definida também pode aumentar o engajamento e a confiança dos usuários na plataforma.” que apesar de muito alinhada com a legislação nacional vigente, sobre plataformas educacionais e a promoção de identidade institucional nestas, como apresentado pelo art. 26 do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 (Brasil, 2025), que orienta a personalização e identidade institucional nas plataformas educacionais. E que se aproxima mais de características de soluções de software livre, que são mais abertas para personalizações e adequações, mas, esse entendimento demanda um conhecimento um pouco mais aprofundado sobre estrutura e soberania nacional, e que uma

análise rasa pode não levar a uma associação correta com um posicionamento contrário às plataformas de Big Techs.

Essa diferença ajuda a explicar por que a soberania digital, embora valorizada, dificilmente se converte em política efetiva de adoção tecnológica. O Professor 4 (P4) associa sua escolha pelo Moodle a um compromisso ético e ideológico: “Eu uso o Moodle por uma questão mais ideológica [...]. É uma ferramenta aberta, então eu apoio a causa do software livre.” A fala desloca o debate do plano técnico para o simbólico, em que a defesa do software livre expressa a resistência a um processo percebido como colonizador. No entanto, o argumento ético-político convive com as limitações práticas de infraestrutura e capacitação, evidenciando que a adesão ao software livre não garante, por si só, soberania institucional, se as condições materiais permanecerem desiguais.

Essas racionalidades não se anulam, mas se tensionam de modo permanente. O avanço das Big Techs não se explica apenas por fatores econômicos, mas também por afinidades culturais com valores institucionais que tornam suas soluções mais aceitáveis. Já a defesa da soberania exige outra forma de sensibilidade institucional: reconhecer que a dependência técnica é também dependência política, e que autonomia não se traduz em isolamento, mas em capacidade de governança.

Outro trecho de (A1) ilustra essa complexidade: “A gente tem que discutir dentro da universidade [...], tentar chegar a uma solução favorável para ambas as partes, que não precise talvez se utilizar de serviços particulares.” Essa fala sugere uma racionalidade reflexiva que ultrapassa a dicotomia “Google versus Moodle”. Nela, a soberania aparece como processo de negociação, não como posição de recusa. O desafio não é substituir uma plataforma por outra, mas compreender o custo político de cada escolha tecnológica. A soberania digital, nesse sentido, não é o oposto da praticidade, mas o esforço de manter o controle sobre as condições sob as quais a praticidade se torna possível.

Ao revelar a coexistência dessas racionalidades, evidenciamos que a plataformização é um fenômeno institucional e simbólico, no qual valores técnicos, pedagógicos e políticos se

entrelaçam. O dilema entre autonomia e funcionalidade obriga a universidade a repensar, continuamente, o que significa ser soberana em um ecossistema digital cada vez mais interdependente. A busca pela soberania digital não é apenas um projeto tecnológico, mas um exercício de reinterpretação institucional, no qual a racionalidade política da autonomia precisa disputar espaço com outras racionalidades. Essa disputa, longe de encontrar resolução, constitui o próprio espaço reflexivo onde se decide o futuro da soberania digital nas universidades públicas na era da plataformização onde diversas lógicas se entrelaçam e se tensionam.

### **Palavras-chave**

Soberania digital; Plataformização da educação; Lógicas institucionais; Big Techs; Autonomia universitária.

### **Referências**

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Decreto 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação. Diário Oficial da União, ed. 93, s.1, p.1. Brasília, 2025.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

KUCKARTZ, Udo; RÄDIKER, Stefan. *Analyzing Intercoder Agreement*. In: *Analyzing Qualitative Data with MAXQDA*. [S.l.]: Springer, p. 267–282, 2019.

MACPHAIL, Catherine; CAMPBELL, Cathy; CORNELISSEN, Jessica; GUGUSHE, Nompilo; MOYO, Sharmla. *Processes and challenges in developing the logic of qualitative analysis: multiple coders and coding consistency*. *Qualitative Health Research*, v. 25, n. 3, p. 280–290, 2015.

THORNTON, Patricia H.; OCASIO, William; LOUNSBURY, Michael. *The institutional logics perspective: a new approach to culture, structure, and process*. Oxford: Oxford University Press, 2012.



XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Faculdade Cásper Líbero. De 11 a 13 de novembro de 2025.



VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. *The platform society: public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

WILLIAMSON, Ben. *Datafication of education: big data, algorithms and learning analytics*. Londres: Routledge, 2022.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2019.